



PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS

Por Roberto Míleu

A intensificação excessiva, o uso e abuso de produtos nem sempre seguros nem recomendáveis e outras causas têm provocado verdadeiros atentados ao Ambiente.

No Mundo Rural os Agricultores e Família são os primeiros interessados em preservar o Ambiente, nas explorações e nos campos desde logo porque é lá que vivem e querem continuar a viver.

Viver com saúde e em segurança.

São, muitas vezes, eles próprios vítimas das políticas agrícolas e ambientais que nos têm sido impostas.

A Comissão Europeia não pode ficar insensível a estes problemas e tem manifestado algumas preocupações.

Mas das preocupações à tomada de medidas práticas, eficazes e que tenham em conta os interesses dos Agricultores e a defesa do Ambiente vai alguma distância.

De quando em vez sai, em Bruxelas, mais um comunicado, mais uma ou outra norma, mas enquanto a PAC não mudar, enquanto se premiar a intensificação e se permitirem práticas e métodos não aconselháveis, os problemas de fundo não se resolvem.

O “diagnóstico” está feito, falta é a resolução.



Tendo como fonte a própria Comissão das Comunidades Europeias, trazemos aqui excertos de uma comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, onde está bem expresso o conhecimento da situação e a intenção de integração das preocupações de carácter ambiental na Política Agrícola Comum.

“Actualmente, pode ser estabelecido um conjunto parcial de indicadores para acompanhar a integração de aspectos ambientais na política agrícola comum (PAC). Esse conjunto evoluirá à medida que os indicadores sejam melhorados e completados. Estes baseiam-se principalmente no trabalho sobre indicadores realizado no âmbito da OCDE, apoiado por trabalho efectuado pelo Eurostat, pela Agência Europeia do Ambiente, pelo Centro Comum de Investigação e pelo projecto de investigação ELISA. Em princípio, muitos desses indicadores poderão estar operacionais de curto a médio prazo, dependendo da colheita adequada de dados a nível subnacional. Para certos domínios como a gestão das explorações, o habitat, as paisagens e a biodiversidade, a definição de indicadores operacionais continua a ser um desafio importante.

Para que o potencial dos indicadores possa ser plenamente explorado são necessárias diversas acções essenciais. Estas acções incluem o melhoramento dos indicadores existentes, o desenvolvimento de novos indicadores que permitam abranger plenamente o desenvolvimento sustentável, o

melhoramento da capacidade de obtenção de informações, o desenvolvimento de uma maior eficácia ambiental e da classificação de agro-ecossistemas, o desenvolvimento de métodos de estimativa dos impactos internacionais da PAC em maior escala e o reforço da comunicação em matéria agro-ambiental.

O desenvolvimento, a aplicação e o acompanhamento de integração sectorial desenvolvida pelo Conselho de Agricultura constituirão uma prioridade nos próximos anos. É proposto na presente comunicação um quadro para a prossecução dessas acções.



1. REFORMA DA PAC: A CAMINHO DE UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

1.1. Integração das preocupações e exigências de carácter ambiental na PAC

1.1.1 Interação entre a agricultura e o ambiente

Historicamente, a agricultura modelou muitas paisagens europeias ao longo dos séculos, daí resultando ambientes semi-naturais únicos, com uma grande variedade de habitats e espécies que dependem da continuação da actividade agrícola. No entanto, enquanto actividades comerciais, a agricultura e a silvicultura têm essencialmente por objectivo a produção, dependendo da disponibilidade de recursos naturais. Cada vez mais, o desenvolvimento de actividades comerciais exerce novas pressões ambientais sobre o capital natural. O progresso tecnológico e o desejo de maximizar os rendimentos e minimizar os custos produziram uma intensificação acentuada da agricultura nos últimos 40 anos.

Essa intensificação pode provocar a degradação do solo, da água e do ar. Nas últimas décadas aumentou a consciencialização da ameaça que a intensificação da agricultura representa para a paisagem e sua biodiversidade. Por outro lado, essa ameaça é também reforçada

pela marginalização e abandono do uso das terras agrícolas por razões económicas. Os diversos desafios decorrentes da intensificação e do abandono da agricultura sublinham a complexidade das relações entre agricultura e ambiente.

1.1.2 Agricultura sustentável

A relação desejável entre agricultura e ambiente é bem expressa pelos termos “agricultura sustentável”. A sustentabilidade é o conceito-chave do 5º programa de acção em matéria de ambiente, que se refere ao desenvolvimento sustentável como um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Isto implica a preservação do equilíbrio global e do valor do capital natural e a consideração a longo prazo dos custos e benefícios sócio-económicos reais do consumo e conservação.

Num primeiro nível, uma “agricultura sustentável” implica a gestão dos recursos naturais de uma forma que assegure a sua disponibilidade futura. Esta definição restrita de sustentabilidade vai, em muitos casos, ao encontro do interesse económico dos agricultores.

Uma perspectiva mais ampla de sustentabilidade inclui, no entanto, um mais vasto conjunto de aspectos ligados às terras e ao seu uso, como a protecção de paisagens, habitats e biodiversidade, e objectivos como a qualidade da água potável e do ar. Nesta perspectiva mais ampla, a utilização das terras e recursos naturais para a produção agrícola deve ter em conta a protecção do ambiente e do património cultural.





Por fim, a sustentabilidade deve também reflectir as preocupações da sociedade quanto à função social da agricultura, à manutenção da viabilidade das comunidades rurais e a um padrão de desenvolvimento equilibrado.

A agricultura sustentável deve, pois, desempenhar funções de produção, ambientais e sociais. O presente documento limita-se, de acordo com o mandato do Conselho, aos indicadores necessários para avaliar o papel da função ambiental da agricultura. Será necessário prosseguir os estudos para definir uma série completa de indicadores, que deverão incluir indicadores adequados para medir a eficiência ambiental.

1.1.3 Princípios que regem as políticas agro-ambientais

A complexidade das relações entre agricultura e ambiente – processos prejudiciais e benéficos, diversidade de condições locais e sistemas de produção – tem condicionado, no sector, a perspectiva da integração. O princípio de “boas práticas agrícolas”, ao qual corresponde o tipo de agricultura que um agricultor razoável praticaria na região em causa, é fulcral para a compreensão dessas relações. Nesta base:

- os agricultores devem, no mínimo, respeitar os requisitos gerais de protecção

do ambiente sem que sejam especificamente pagos para esse efeito. Isso significa que todos os agricultores devem respeitar a legislação em vigor em matéria de utilização de pesticidas, aplicação de fertilizantes, utilização da água e, quando adequado, as directrizes regionais ou nacionais respeitantes às boas práticas agrícolas;

- no entanto, sempre que se peça aos agricultores que estes respeitem objectivos ambientais que excedam o âmbito das boas práticas agrícolas e que isso implique custos ou perda de rendimentos para o agricultor, a sociedade deverá pagar por esse serviço ambiental.

Esta abordagem baseia-se no princípio do poluidor/pagador, de acordo com o qual os agricultores suportam os custos até um nível de referência de “boas práticas agrícolas” reflectido nos direitos de propriedade. No entanto, nas zonas rurais, os objectivos ambientais são frequentemente mais ambiciosos do que as “boas práticas agrícolas”. Nesses casos, os objectivos ambientais apenas serão alcançados se forem adequadamente remunerados.

É, pois, adequado pagar aos agricultores para preservarem o ambiente mediante recursos ou factores de produção privados se, para tal, as suas acções tiverem que exceder o âmbito das boas práticas agrícolas.

1.2. Questões para o futuro: ambiente e comércio, preocupações dos consumidores, alargamento

A base fundamental do modelo europeu reside na natureza plurifuncional da agricultura europeia e no papel que esta desempenha na economia, no ambiente, na sociedade e na preservação da paisagem. Existe, assim, uma necessidade específica de manter a agricultura na Europa e de salvaguardar os rendimentos dos agricultores.

As reformas agrícolas da Agenda 2000 são consideradas elementos essenciais na definição do mandato de negociação da Comissão na próxima ronda da Organização Mundial do Comércio. Nessas negociações, a União Europeia deverá procurar salvaguardar o modelo europeu e beneficiar de oportunidades nos mercados internacionais. Será nomeadamente importante salvaguardar a capacidade que a população agrícola activa tem de fornecer bens públicos, nomeadamente no que respeita ao ambiente e à vitalidade sustentada das zonas rurais. Ao mesmo tempo, será necessário cumprir plenamente compromissos internacionais no âmbito de acordos ambientais multilaterais e ter em conta as preocupações legítimas dos países em desenvolvimento. Os indicadores podem desempenhar um papel potencialmente importante no desenvolvimento de estratégias adequadas em domínios como o das alterações climáticas.

Um sistema de indicadores agro-ambientais robusto e consistente contribuirá para a detecção de problemas ambientais e ajudará a União Europeia a explicar aos seus cidadãos o que está a fazer e o que falta fazer para promover a agricultura sustentável na Europa e a nível internacional. Ajudará também os parceiros comerciais da União Europeia a compreender a importância que a Europa atribui à função ambiental da sua agricultura.

Pode dar-se parcialmente resposta à preocupação crescente dos consumidores com a segurança, a origem e a qualidade dos produtos agrícolas através de uma melhor informação e maior transparência sobre as práticas agrícolas. Mais uma vez, este aspecto revestir-se-á nos próximos anos de especial importância no contexto internacional.

Por fim, a política agro-ambiental será, devido ao alargamento, confrontada com desafios especiais. Um quadro mais claro das práticas sustentáveis (e não sustentáveis) na União, bem como um conjunto de indicadores correspondente, ajudará os futuros membros a adaptarem-se ao acervo comunitário. Não deve esquecer-se que a Europa Central e de Leste contém muitas zonas de valor natural assinalável que poderiam ser ameaçadas pelo abandono das terras ou pela intensificação desregulada da agricultura. Devem também ser tidos em conta efeitos ambientais indirectos similares da PAC em países com os quais a União Europeia tem acordos de cooperação económicos ou de desenvolvimento.



1.3. Avaliação da integração das preocupações de carácter ambiental na PAC

As reformas empreendidas no âmbito da Agenda 2000 proporcionam um poderoso impulso para a integração das preocupações de carácter ambiental na política agrícola. A Comissão, os Estados-Membros, as autoridades locais e as comunidades agrícolas e rurais dispõem agora de uma gama considerável de instrumentos para porem em prática uma agricultura sustentável. Indicadores agro-ambientais adequados podem ajudar a fornecer informações a todos os implicados na concepção e aplicação das políticas em questão. Os indicadores devem satisfazer pelo menos cinco critérios. Devem permitir a todos os intervenientes na adopção e aplicação de políticas e ao público em geral:

- identificar os principais problemas agro-ambientais que se colocam actualmente na Europa;

- compreender, acompanhar e avaliar a relação entre práticas agrícolas e respectivos efeitos ambientais benéficos e prejudiciais;

- avaliar em que medida as políticas agrícolas respondem à necessidade de promover uma agricultura compatível com o ambiente e comunicá-lo aos responsáveis e ao público em geral;

- acompanhar e avaliar no local a contribuição ambiental específica dos programas comunitários para a agricultura sustentável;

- cartografar os diversos sistemas agro-ambientais na União Europeia e países candidatos, este aspecto é particularmente pertinente para explicar aos parceiros comerciais da União Europeia a especificidade do ambiente agrícola na Europa.



2. O CONTEXTO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA

Contrariamente a muitos outros sectores, na agricultura a intervenção pública directa é mais a norma do que a excepção. Esse facto torna a actividade agrícola especialmente sensível às alterações políticas. As decisões dos agricultores são fortemente influenciadas pelo apoio aos mercados, pelos pagamentos directos, pela política agro-ambiental e pela legislação ambiental. Essas decisões podem ainda ser influenciadas pelas políticas relativas à água e energia ou pelas políticas de planeamento.

No entanto, as reformas recentes da PAC encorajaram uma maior orientação dos agricultores para o mercado, sobretudo devido à redução do apoio aos preços e ao desenvolvimento de nichos do mercado e de produtos de maior valor acrescentado. As decisões em matéria de produção e de gestão das explorações são cada vez mais sensíveis às variações dos preços dos factores de produção e dos produtos.

Além disso, desde o final dos anos 50 verificou-se no sector uma rápida evolução, ainda que geograficamente desigual, a nível da tecnologia e das qualificações. Visto que essa mesma evolução caracterizou também a agricultura dos países desenvolvidos fora da Europa nos quais a agricultura é tradicionalmente menos apoiada, uma grande parte da intensificação da agricultura ter-se-ia verificado mesmo na ausência da PAC.

As atitudes dos consumidores e dos produtores modelam cada vez mais as práticas agrícolas. A evolução dessas atitudes tem uma influência importante na forma como são desenvolvidas as respostas às preocupações de carácter ambiental, reflectindo-se, por exemplo, na criação de serviços ambientais e de mercados para os produtos biológicos.



A utilização de melhores práticas agrícolas desempenha um importante papel no melhoramento do nível de segurança e qualidade dos alimentos, podendo contribuir para uma melhor saúde dos agricultores, trabalhadores e consumidores.

A vasta gama de factores contextuais revela o papel e limites da política na modelação das actividades agrícolas e correspondentes efeitos ambientais resultantes das medidas da PAC. A compreensão da importância da evolução dos mercados, do progresso tecnológico ou das atitudes permitirá orientar a política de forma a maximizar a sua eficácia.

Uma outra característica da agricultura da União Europeia é a que é objecto de uma política comum na qual os requisitos ambientais estão especificamente integrados. A política ambiental faz agora parte da PAC; a questão essencial é como avaliar o seu âmbito e eficácia.

3. A ACTIVIDADE AGRÍCOLA ENQUANTO ACTIVIDADE BIOFÍSICA

Uma segunda característica da agricultura é a de que, pela sua natureza biofísica, faz parte dos ecossistemas locais. Evidentemente, ao procurar transformar a natureza, a actividade agrícola introduz no sistema elementos exteriores, utiliza ou consome recursos naturais e produz novos elementos físicos ou biológicos. São necessárias informações relativamente pormenorizadas para caracterizar a utilização de factores de produção (produtos químicos, energia e água), o uso das terras/coberto (topologia, práticas culturais e pecuárias) e a gestão das explorações agrícolas. Em muitos casos, a agricultura sustentável é o produto de uma mistura correcta de factores de produção, uso das terras e práticas de gestão agrícola adequados às condições locais.

Embora a especificação pormenorizada das práticas agrícolas ajude a compreender os processos que regem a sustentabilidade da agricultura, a nível global é difícil captar a diversidade das práticas agrícolas e das condições locais. Por essa razão, é especialmente importante desenvolver indicadores que expressem as tendências-chave da actividade agrícola: expansão-retirada, intensificação-extensificação, especialização-diversificação, marginalização-concentração. Estes indicadores devem estar disponíveis a diversos níveis geográficos, de modo a identificarem tanto as tendências nacionais gerais como as concentrações localizadas de práticas. Este tipo de indicadores ajudaria os responsáveis políticos e o público a compreender melhor a situação e características do sector de um ponto de vista ambiental.



4. PROCESSOS BENÉFICOS E PREJUDICIAIS PARA O AMBIENTE

A relação entre ambiente e agricultura é específica e a natureza dos seus efeitos é distinta da dos outros sectores económicos. A agricultura é de longe o maior utilizador de terras. Por um lado, certos sistemas agrícolas exercem pressões prejudiciais para o ambiente e a segurança dos alimentos, através, por exemplo, da acumulação de nutrientes e pesticidas no solo e na água da compactação e erosão dos solos e da utilização excessiva de água para irrigação. No entanto, na Europa, grande parte do meio rural altamente cotado é produto da agricultura e depende dela: sistemas de produção adequados ajudam a preservar as paisagens e os habitats, bem como uma gama de condições favoráveis a processos ambientais benéficos. Alguns desses processos podem ser assim sumariados:

O potencial de certos tipos de actividade agrícola para contribuir significativamente para objectivos ambientais não deve ser subestimado, sobretudo num contexto político favorável. A produção de biocombustíveis pode, por exemplo, contribuir de forma importante para combater as mudanças climáticas.

O desenvolvimento de indicadores que reflectam tanto os efeitos benéficos como os efeitos prejudiciais da agricultura constitui um elemento-chave na definição de um quadro operacional para uma agricultura sustentável.



| Relação | Processos |
|---|--|
| Poluição do ambiente | Acumulação de nitratos e outros resíduos minerais, resíduos de pesticidas, salinização, emissões de amoníaco e de metano |
| Esgotamento de recursos Ambientais | Utilização inadequada da água e do solo, destruição do coberto vegetal natural e semi-natural. |
| Preservação e Melhoramento do ambiente | Criação/preservação de paisagens, habitats, coberto, preservação da diversidade genética na agricultura, produção de fontes de energia renováveis. |





5. ESPECIFICIDADES LOCAIS

Para permitirem o acompanhamento das políticas rurais e programas agro-ambientais, os indicadores devem reflectir as características locais específicas e os critérios que presidem aos programas. Indicadores menos específicos dos locais. Mais facilmente disponíveis, dizem pouco sobre os efeitos a nível local. Podem, efectivamente, não indicar evoluções significativas a nível local ou regional.

O desenvolvimento de indicadores ambientais relativos à agricultura exige uma abordagem diferenciada, que reflecta as diferenças regionais entre as estruturas económicas e as diferenças de condições naturais. Os dados disponíveis, frequentemente muito agregados, podem fornecer informações valiosas, mas podem também ser enganadores nalguns domínios, como a biodiversidade ou a qualidade da água, devido à falta de diferenciação regional.

É, necessária uma abordagem que tenha especificamente em conta o local. Primeiramente, essa abordagem fornece um quadro preciso do estado do ambiente numa determinada zona e dos efeitos das actividades agrícolas locais. Em segundo lugar, é, em princípio, a esse nível que as políticas agro-ambientais definem as boas práticas agrícolas, pelo que proporciona sinergias naturais entre programas e outras

políticas ambientais. Uma avaliação eficaz dependerá de um enfoque adequado a este nível. Em terceiro lugar, o impacto de muitos processos poluentes, empobrecedores ou benéficos, dependerá de características locais específicas, como a geologia, a topografia ou o clima. Por último, uma abordagem local específica permite-nos considerar os ecossistemas de uma forma holística e tratar características sistémicas, como a qualidade e a vulnerabilidade.

Um contexto sistémico significativo de indicadores agro-ambientais pode ser fornecido pelo conceito de “paisagem como o espaço cultivado, parcialmente semi-natural, no qual a produção agrícola tem lugar e que é caracterizado pela totalidade das suas características biofísicas, geofísicas e culturais. Esta tipo de caracterização da paisagem tem o potencial de reunir de forma coerente uma vasta gama de características locais específicas.

6. AGREGAÇÃO E DIVERSIDADE NO TRATAMENTO DOS IMPACTOS GLOBAIS



Embora se disponha, a nível nacional e da União Europeia, de uma série de informações sobre o impacto da agricultura nos recursos naturais, muitas delas baseiam-se em estimativas e em macro-modelação e não na agregação de informações locais. Deve ser estabelecido um elo muito mais claro entre os níveis local e global. Este aspecto é especialmente importante se se quiser situar correctamente a agricultura no contexto global da poluição e na sua interacção com a economia como um todo.

Em matéria de biodiversidade, habitats e paisagens surgem dificuldades especiais quando, além do património total de espécies ou habitats naturais, estivermos especialmente interessados na diferenciação e diversidade. Os europeus estão ligados às zonas rurais não só porque estas dispõem de paisagens agradáveis de um ponto de vista estético e de flora e fauna ricas, mas também devido à sua grande variação e à grande diversidade de espécies. A agricultura desempenha um importante papel na manutenção dessa variação e diversidade.



Os impactos globais devem, pois, reflectir os efeitos cumulativos e os efeitos diferenciados da agregação da situação ambiental de locais específicos. Quanto a este aspecto, a paisagem (conforme acima definida) pode desempenhar um importante papel na classificação dos diversos ecossistemas europeus. Ao ter em conta questões de vulnerabilidade e qualidade, permite também compreender especialmente quais as áreas em risco ambiental na União Europeia.



7. APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLA E RURAL

7.1. Acompanhamento

O n.º 1 do artigo 43º do regulamento relativo ao desenvolvimento rural determina que os planos de desenvolvimento rural devem incluir “disposições que garantam uma aplicação eficaz e correcta dos planos, incluindo o seu acompanhamento e avaliação”; o n.º 2 do artigo 48º do mesmo regulamento prevê que “o acompanhamento será realizado através de indicadores físicos e financeiros específicos”.

A Comissão apresentou aos Estados-Membros um conjunto de indicadores comuns, bem como uma estrutura comum para a apresentação desses indicadores. Dispor-se-á assim de um nível básico de informações harmonizadas sobre a aplicação das medidas de desenvolvimento rural nos Estados-Membros/regiões – informações que podem ser agregadas a nível comunitário. O objectivo final consiste na obtenção de uma indicação clara sobre o andamento das medidas aplicadas nos Estados-Membros/regiões, que servirá de base aos relatórios anuais sobre a realização dos projectos.

O regulamento respeitante às regras comuns para os regimes de apoio directo requer que os Estados-Membros informem pormenorizadamente a Comissão das medidas tomadas em execução do regulamento, incluindo os casos de incumprimento dos requisitos ambientais. É necessário harmonizar esse trabalho a fim de produzir indicadores significativos a nível da União Europeia.

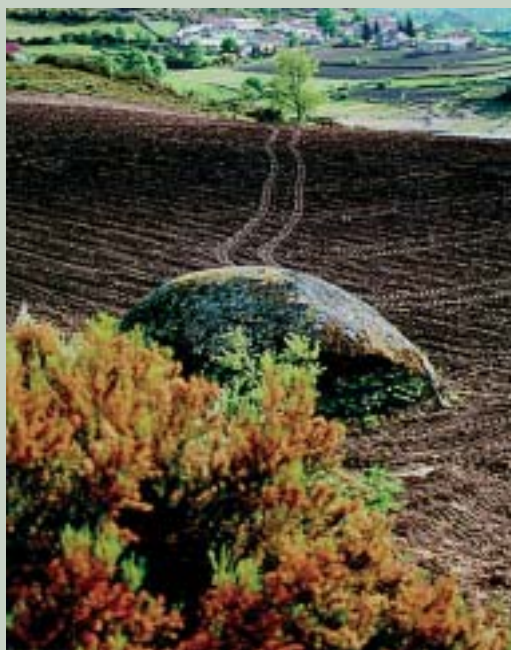
7.2. A Agência Europeia do Ambiente

As questões prioritárias para a Agência Europeia do Ambiente (AEA) são: as emissões, os resíduos, a protecção da natureza, a qualidade do ar, a água, as zonas

marinhas e costeiras, os solos, o coberto, as substâncias químicas, o ruído e o impacto na saúde. A AEA não trabalhou especificamente em indicadores agro-ambientais, embora a maior parte do seu trabalho sobre indicadores possa ser aplicada a essa área.

A AEA efectua anualmente um relatório analítico sobre o estado do ambiente e em 1999 apresentará o seu primeiro relatório anual sobre indicadores. No relatório anual sobre indicadores, a agricultura é incluída num capítulo sectorial no qual são definidos e avaliados sete indicadores diferentes. Esses indicadores baseiam-se essencialmente nos dados disponíveis e estão relacionados com macro-questões.

Os centros temáticos europeus (CTE) da AEA relativos aos solos, natureza, biodiversidade, água, resíduos e coberto fornecem um bom ponto de partida para o subsequente desenvolvimento de uma série de indicadores agro-ambientais. O CTE para a conservação da natureza da AEA está actualmente a desenvolver um sistema europeu de informação sobre a natureza (EUNIS). Nesse âmbito, está a ser criada uma classificação de habitats, sucessora da classificação CORINE.



8. ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PARA O SECTOR AGRÍCOLA

O desenvolvimento, a aplicação e o acompanhamento da estratégia de integração sectorial desenvolvida pelo Conselho de Agricultura constituirão uma prioridade nos próximos anos. A estratégia estabelece uma série de objectivos. Ao avaliar os progressos efectuados para alcançar esses objectivos, será importante dispor de informações quantificadas que respondam a questões essenciais:

- Quais as medidas políticas em curso para melhorar a situação ambiental no sector agrícola?
- Quais os melhoramentos em curso a nível das práticas agrícolas?
- Em que medida aumentaram os processos ambientais benéficos, como a preservação do habitat, e diminuíram os processos prejudiciais, como a poluição?
- Qual o efeito no estado do ambiente?
- Em que medida foram alcançados objectivos específicos?

No que diz respeito às medidas políticas e às práticas agrícolas, a maior parte das informações provirá do acompanhamento das políticas de desenvolvimento rural, de mercado e ambiental. No entanto, essas informações dependerão do âmbito das políticas em questão e da vontade dos Estados-Membros de recolher as informações adequadas.



9. UTILIZAÇÃO DA PAISAGEM PARA CLASSIFICAR OS AGRO-ECOSSISTEMAS EUROPEUS

A paisagem permite-nos compreender melhor as características locais específicas e a natureza da interacção entre práticas agrícolas e ambiente. Juntamente com informações diferenciadas territorialmente sobre forças motrizes e o estado do ambiente, a paisagem pode constituir uma base para descrever de uma forma relativamente simples o equilíbrio entre a actividade agrícola e o ecossistema em que se integra. Isso permitiria aos responsáveis pela tomada de decisões identificar áreas vulneráveis ou ameaçadas e tomar medidas adequadas e compreender melhor a natureza da ameaça ou vulnerabilidade. Esse tipo de trabalho foi já empreendido por alguns Estados-Membros e poderia ser alargado à escala comunitária. Recorrer-se-ia, para tal, às classificações de que os Estados-Membros já dispõem para apresentar informações de uma forma concisa e sintética. De um ponto de vista político, encontram-se presentes em graus diversos na União pelo menos cinco grupos de paisagens:

- paisagens de elevado valor natural e cultural, ameaçadas pela intensificação da agricultura e nas quais a qualidade do ambiente depende fortemente de restrições rigorosas impostas à actividade agrícola,
- paisagens de elevado valor natural e cultural dependentes da actividade agrícola, ameaçadas pela marginalização da agricultura e nas quais a agricultura desempenha um papel específico na criação de qualidade ambiental,
- paisagens caracterizadas por uma agricultura com recurso moderado a factores de produção e pouco poluidora e esgotadora de recursos, bem como pelo melhoramento de habitats e aumento da biodiversidade,

- paisagens caracterizadas por boas práticas agrícolas intensivas ou extensivas em relação equilibrada com o meio e que permitem a conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e de ecossistemas semi-naturais,

- paisagens caracterizadas por exploração excessiva, poluição e esgotamento de recursos, daí resultando uma deterioração dos recursos naturais, da biodiversidade e dos ecossistemas semi-naturais.

A médio/longo prazo, o desenvolvimento de um tal sistema proporcionaria um bom instrumento para fornecer informações aos responsáveis políticos e tornar a integração das preocupações de carácter ambiental na política agrícola transparente para o grande público.



10. APROXIMAR AS PREOCUPAÇÕES AGRO-AMBIENTAIS DO CIDADÃO

O estabelecimento de indicadores agro-ambientais constitui uma oportunidade especial para empenhar tanto os cidadãos das zonas rurais como os das zonas urbanas. Juntamente com o aumento da competitividade, o papel plurifuncional da agricultura e o aumento de serviços ambientais remunerados publicamente contribuirão fortemente para garantir a viabilidade de muitas zonas rurais. É, pois, importante que a sociedade em geral compreenda o que está em causa e tenha consciência da qualidade e diversidade do ambiente rural europeu.

O papel da agricultura na conservação da paisagem e do ambiente rural semi-natural reflecte-se cada vez mais numa série de iniciativas como a Convenção europeia da paisagem e a estratégia paneuropeia para a diversidade biológica e paisagística. A especificidade local das actividades agrícolas está estreitamente relacionada com as preocupações crescentes sobre desenvolvimento sustentável e qualidade da paisagem a um nível muito local, expressas na Agenda Local 21

Nos próximos anos deverá assegurar-se que o desenvolvimento de indicadores agro-ambientais complemente iniciativas europeias como a Convenção europeia da paisagem e a estratégia paneuropeia para a diversidade biológica e paisagística. É igualmente importante que o desenvolvimento de indicadores possa ser utilizado para melhorar a comunicação e a transparência das políticas da União Europeia. Para esse efeito poderá ser necessária uma maior participação das organizações não governamentais e de agrupamentos de agricultores. É também necessário assegurar que o cidadão europeu seja bem informado, de forma clara, sobre a evolução das relações entre agricultura e ambiente. Para tal, o

desenvolvimento de indicadores deve ter uma base científica sólida que contemple as preocupações sociais dos grupos interessados e da sociedade em geral. Por sua vez, esses grupos e cidadãos devem ser assegurados de que os indicadores são desenvolvidos com base em conhecimentos científicos sólidos.

11. DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES-CHAVE ESPECÍFICOS PARA A AGRICULTURA

Uma forma de comunicar as tendências gerais a um público mais vasto e aos responsáveis políticos consiste no desenvolvimento de um subconjunto separado e restrito de indicadores-chave para o sector. Embora esse conjunto restrito não possa reflectir a complexidade das relações entre agricultura e ambiente, pode fornecer algumas informações sobre questões fundamentais se os indicadores foram seleccionados de uma forma equilibrada. Apresenta-se em seguida um conjunto de indicadores-chave das principais preocupações de carácter agro-ambiental:



| | Questão fundamental | Possível indicador-chave |
|--|--|--|
| Factores e respostas que influenciam as práticas agrícolas | Melhoramento para além do âmbito das boas práticas agrícolas | Despesas/área dos programas agro-ambientais |
| Práticas agrícolas | Utilização racional de factores de produção | Risco de utilização de pesticidas (gestão integrada de pesticidas) |
| Processos prejudiciais e benéficos | Efeitos benéficos superiores aos prejudiciais | Balanço do azoto |
| Estado específico de cada local | Saúde dos ecossistemas | Espécies de aves nas terras agrícolas |
| Impacto ambiental global | Riqueza dos ecossistemas | Diversidade paisagística |

Em comparação com os indicadores globais atrás apresentados, uma lista restrita de indicadores-chave deste tipo deve ser utilizada com cuidado. A sua utilização não deve exceder os fins para que foi concebida – nomeadamente dar ao público algumas informações sobre as tendências gerais verificadas nas relações agro-ambientais, nomeadamente a nível sub-nacional. Ao apresentar um conjunto tão restrito deve, pois, ter-se o cuidado de sublinhar que o mesmo não proporciona um quadro completo dessas relações.

Propõe-se, assim, que seja testada a exequibilidade de um primeiro conjunto de possíveis indicadores-chave antes de ser tomada uma decisão sobre o seu potencial para desenvolvimento a longo prazo. Quanto à segurança dos alimentos, outros indicadores possíveis são os contaminantes, agrícolas e outros, nos alimentos e a qualidade da água na fase de extracção. Indicadores da biodiversidade que reflectam a biodiversidade no solo podem constituir bons indicadores de mudanças rápidas”.

NOTA FINAL

Como se constata, o “diagnóstico” existe.

Falta o mais importante:

- Uma Política Agrícola Comum adequada à Agricultura Familiar e ao Mundo Rural;
- Uma Política Agrícola Comum que remunere os Agricultores dignamente pelo que produzem (preços justos à produção);
- Uma Política Agrícola Comum que permita e incentive a produção com Qualidade e Segurança para o consumidor;
- Uma Política Agrícola Comum que se baseie nas potencialidades locais e regionais;
- Uma Política de Desenvolvimento Rural com mais meios financeiros;
- Uma Política Agrícola e Rural Sustentável que permita aos Estados caminhar no sentido da soberania alimentar com respeito pela Natureza e pelo Ambiente.

